

DELIBERAÇÃO CBH-BS Nº 397, Ad-Referendum de 1º de setembro de 2021

Define as diretrizes e o cronograma para a classificação de propostas visando à indicação para obtenção de financiamento com recursos da cobrança/2021 pelo uso dos recursos hídricos na Bacia Hidrográfica da Baixada Santista e dá outras providências (2ª. Chamada)

O Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista (CBH-BS) criado pela Lei Estadual nº 9.034 de 27/12/94, com fundamento no Artigo 19 e seguintes do Estatuto, instalado em 09 de dezembro de 1995, conforme Ata de Instalação e no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei 7.663/91.

Considerando a Deliberação COFEHIDRO nº 214, de 31 de janeiro de 2020, que altera itens do Manual de Procedimentos Operacionais – MPO de Investimento;

Considerando a Deliberação CRH “Ad Referendum” nº 224, de 12 de setembro de 2019, que deliberou sobre o detalhamento das estimativas de receitas do PPA 2020-2023 por bacia hidrográfica;

Considerando a Deliberação COFEHIDRO “Ad Referendum” nº 234, de 23 de março de 2021 que alterou o prazo para contratação dos empreendimentos indicados em 2020 ao FEHIDRO;

Considerando a Deliberação CBH-BS Nº 388, de 22 de abril de 2021, que aprovou o Plano de Aplicação de Investimentos e Custeio com Recursos Financeiros Provenientes da Cobrança pelo Uso dos Recursos Hídricos na Baixada Santista para o exercício de 2021, cuja apuração final da disponibilidade para investimento em 2021 é R\$ 16.698.534,32 (dezesesseis milhões, seiscentos e noventa e oito mil, quinhentos e trinta e quatro reais e trinta e dois centavos);

Considerando a Deliberação CBH-BS nº 394 de 29 de junho de 2021 indicou as prioridades de investimento do CBH-BS ao FEHIDRO com Recursos da Cobrança para o exercício de 2021 no total de R\$ 15.369.345,15 (quinze milhões trezentos e sessenta e

nove mil e trezentos e quarenta e cinco reais e quinze centavos), resultando em um saldo de R\$ 1.329.188,81 (um milhão trezentos e vinte e nove mil, cento e oitenta e oito reais e oitenta e um centavos), para aplicação na 2ª. Chamada;

Considerando as necessidades elencadas no Relatório de Situação 2020, ano base 2019, quanto à necessidade de antecipação de ações, assim como de ações não atendidas no ano anterior;

Considerando que a Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento (CT-PG) revisou os critérios gerais e específicos para classificação das propostas,

DELIBERA:

ART 1º - Esta Deliberação revoga as disposições contidas nas Deliberações CBH-BS Nº 387/2021 Ad Referendum – referendada em 22 de abril de 2021 e Del. 393/2021 Ad-Referendum (alterou o cronograma constante da Del. 387/2021) – referendada em 03 de maio de 2021 e entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Estado de São Paulo.

ART 2º - A obtenção de financiamento relativo ao ano de 2021 para estudos, planos, projetos, serviços e obras com recursos da Cobrança pelo uso dos recursos na Bacia Hidrográfica da Baixada Santista está condicionada ao atendimento dos procedimentos e normas constantes do MPO, aprovado pelo Conselho de Orientação do Fundo Estadual de Recursos Hídricos e aos critérios de análise, pontuação, classificação e desclassificação estabelecidos nos termos desta Deliberação.

ART 3º - Constam desta Deliberação 6 (seis) apêndices, a saber:

- I. Apêndice I: Dos critérios de elegibilidade dos proponentes;
- II. Apêndice II: Do cronograma;
- III. Apêndice III: Da relação de documentação;
- IV. Apêndice IV: Da estrutura das propostas;
- V. Apêndice V: Dos critérios de pontuação das propostas;
- VI. Apêndice VI: Plano de Ações.

R

CAPÍTULO I

DAS DEFINIÇÕES

ART 4º - Para efeitos desta Deliberação, consideram-se:

- I. **Agente financeiro:** Representante de instituição financeira designado pelo FEHIDRO para a liberação dos recursos financeiros do projeto, estudo, serviço ou obra;
- II. **Agente técnico:** Representante designado pelo FEHIDRO responsável pelo acompanhamento técnico do projeto, estudo, serviço ou obra;
- III. **Carteira suplementar:** Propostas classificadas não contempladas devido à insuficiência de recursos destinados pelo FEHIDRO;
- IV. **Cobrança pelo uso dos recursos hídricos:** Mecanismo voltado a dar racionalidade econômica à utilização dos recursos hídricos, sendo também considerada um instrumento de autogeração de recursos financeiros para os serviços e obras de proteção, conservação e recuperação de recursos hídricos.
- V. **Contrapartida:** Recurso do proponente e/ou parceiros para a execução de estudos, planos, projetos, serviços ou obras;
- VI. **Estudos, planos e projetos:** Atividades que tem por objetivo gerar produtos intangíveis como conhecimento, capacitação de pessoal, planos e projetos.;
- VII. **Financiamento não reembolsável:** Financiamento que não precisa ser devolvido pelo proponente, de acordo com o MPO;
- VIII. **Financiamento reembolsável:** Financiamento que deve ser devolvido pelo proponente, de acordo com o MPO;
- IX. **Processo de avaliação de propostas:** Ações e procedimentos técnicos e administrativos realizados pela Secretaria Executiva, CT-PG, e ouvidas as câmaras técnicas específicas do CBH-BS, quando solicitadas;
- X. **Programa de Duração Continuada (PDC):** Programas que englobam os principais temas a serem abordados e financiados para a gestão, recuperação e proteção das bacias hidrográficas do Estado de São Paulo;
- XI. **Projeto básico:** Documento elaborado a partir dos estudos técnicos preliminares. Deve conter os elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar o objeto da licitação (artigo 6º da Lei Federal 8.666/1993);

XII. Projeto executivo: Conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra, de acordo com as normas pertinentes da ABNT. No entanto, ele só executado depois da aprovação do projeto básico. Ele é um projeto mais detalhado do que o básico, contendo todas as informações que realmente serão usadas na execução da construção;

XIII. Proponente: Pessoa jurídica de direito público ou privado, concessionárias e permissionárias de serviços públicos, consórcios intermunicipais e entidades privadas solicitantes de recursos do FEHIDRO;

XIV. Propostas: Estudos, planos, projetos, serviços e execução de obras visando o planejamento e a preservação dos recursos hídricos da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista;

XV. Responsável técnico: Profissional habilitado designado pelo proponente para responder pela gestão do projeto, plano, estudo, serviço ou obra;

XVI. Serviços e obras: São atividades com finalidade de produzir produtos tangíveis;

XVII. Termo de Referência (TR): Documento que estabelece os termos pelos quais um serviço deve ser prestado ou um produto que deve ser entregue e no qual a instituição proponente solicita recursos financeiros e por potenciais contratos via licitação;

XVIII. Tomador: Proponente que obteve aprovação pelo CBH-BS de sua proposta.

CAPÍTULO II

DAS RESPONSABILIDADES, COMPETÊNCIAS E ATRIBUIÇÕES

ART. 5º - Compete à Secretaria Executiva:

- I. Dar suporte técnico e administrativo à CT-PG para o cumprimento desta Deliberação;
- II. Receber, protocolar e conferir a documentação que compõe a proposta, nos termos desta Deliberação;
- III. Pontuar as propostas recebidas nos itens 5a e 5b do Apêndice V desta Deliberação;
- IV. Encaminhar aos membros da CT-PG as propostas, em formato digital, para pontuação dos Itens 5c a 5e do Apêndice V desta deliberação;
- V. Após a classificação final das propostas citados no inciso II, receber e protocolar a documentação administrativa delas, contidas no Apêndice III-A; ou III-B; ou III-C ou III-D;

- VI. Encaminhar para a apreciação do Plenário a minuta de Deliberação contendo as propostas classificadas e desclassificadas, bem como aquelas que serão contempladas com recursos disponíveis;
- VII. Constituir comissão para julgar os recursos impetrados pelos proponentes contra o(s) resultado(s) da(s) análise(s) da(s) proposta(s) submetida(s).
- VIII. Dar publicidade dos resultados da classificação das propostas;
- IX. Preencher as fichas resumo dos empreendimentos indicados diretamente no Sistema de Informações do FEHIDRO – SINFEHIDRO, se necessário;
- X. Cadastrar os empreendimentos indicados no portal do sistema e-ambiente (<https://e.ambiente.sp.gov.br/portal/>), em formato digital, se necessário.

ART. 6º - Compete à CT-PG:

- I. Observar e fazer cumprir os termos desta Deliberação;
- II. Coordenar e executar as etapas e procedimentos do processo de análise técnica, como segue:
- a) Analisar e pontuar a relevância das propostas, conforme Itens 5c; 5d e 5e do Apêndice V desta Deliberação;
 - b) Analisar, pontuar as propostas conforme os itens 1 a 4 do Apêndice V desta Deliberação;
 - c) Elaborar Relatório de Ajustes para complementação técnica, quando necessário;
 - d) Analisar e pontuar somente os itens nos quais foi solicitada a complementação;
 - e) Emitir o resultado das propostas classificadas e desclassificadas;
 - f) Analisar e se manifestar sobre os eventuais recursos administrativos apresentados pelos proponentes;
 - g) Classificar, hierarquizar as propostas seguindo os critérios definidos no Apêndice V, desta Deliberação, e dar conhecimento e transparência dos resultados à Secretaria Executiva.

- III. Convidar pareceristas técnicos para análise das propostas, quando couber.

ART. 7º - Compete às câmaras técnicas específicas e comissões especiais:

- I. Observar e fazer cumprir os termos desta Deliberação.
- II. Coordenar e executar as etapas e procedimentos do processo de análise técnica, como segue:

a) Analisar e pontuar a relevância das propostas, conforme Itens 5.c; 5.d e 5.e do Apêndice V desta Deliberação;

b) Apresentar a pontuação realizada à CT-PG;

ART. 8º - Ficam impedidos de participar do processo de análises técnicas e do julgamento de recursos de propostas em um determinado sub-PDC os representantes que tenham apresentado propostas naqueles respectivos sub-PDCs.

ART. 9º - Compete aos proponentes e tomadores:

I. Encaminhar as propostas nos termos desta Deliberação e da versão atual do Manual de Procedimentos Operacionais (MPO) do FEHIDRO;

II. Acompanhar as informações e os resultados no site www.sigrh.sp.gov.br;

III. Atender às solicitações e recomendações da Secretaria Executiva e da CT-PG nos prazos definidos nesta Deliberação.

CAPÍTULO III

DAS PROPOSTAS

ART. 10º - As propostas deverão ser elaboradas em conformidade com as ações do Programa de Investimento de 2021 indicadas no Apêndice VI – Ações Passíveis de Financiamento em 2021 e de acordo com Apêndice IV - Estrutura das Propostas.

ART. 11 - As propostas deverão estar enquadradas dentro de uma única ação constante no Apêndice VI – Ações Passíveis de Financiamento em 2021, desta Deliberação, obedecendo as metas definidas no PDC e SUB-PDC.

ART. 12 - No Apêndice VI ficam estabelecidos os valores máximos para financiamento das propostas em cada uma das ações.

CAPÍTULO IV

DA SUBMISSÃO

ART. 13 - Poderão submeter propostas os proponentes descritos no Apêndice I.

§ 1º. O valor mínimo de cada proposta não poderá ser inferior a R\$ 150.000,00 (Cento e cinquenta mil reais), de acordo com Apêndice VI – Ações Passíveis de Financiamento em 2021.

§ 2º. Cada proposta deverá ser encaminhada para o e-mail cbhbs@uol.com.br, juntamente com o ofício de encaminhamento assinado pelo responsável, relacionando os documentos técnicos.

CAPÍTULO V

DOS PROCEDIMENTOS DE ANÁLISE, PONTUAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E DESCCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ART. 14 - A Secretaria Executiva realizará a verificação da documentação técnica entregue no ato da apresentação das propostas.

Parágrafo Único: A Secretaria Executiva encaminhará à CT-PG um relatório com as seguintes informações do proponente:

- I. Adimplência com o FEHIDRO;
- II. Estudos, Planos, Projetos, Serviços e Obras com financiamento do FEHIDRO, que foram aprovados pelo CBH-BS até 2019, inclusive, mas que ainda não foram iniciados, contendo também o cronograma e estágio atual dos empreendimentos em execução.

ART. 15 - A Secretaria Executiva realizará a análise administrativa das propostas submetidas.

§ 1º. A Secretaria Executiva desclassificará as propostas nas seguintes situações:

- I. De proponentes inadimplentes com o FEHIDRO;
- II. De proponentes que não iniciaram seus contratos assinados até 2019;
- III. De proponentes com contrato de financiamento assinado até ano de 2010 e que não tenham sido concluídos, físico e financeiramente;
- IV. De propostas não enquadradas no Apêndice VI desta deliberação;
- V. De propostas enquadradas em mais de um PDC.

§ 2º. A Secretaria Executiva encaminhará à CT-PG as propostas não enquadradas no parágrafo primeiro desse artigo para análise técnica.

ART. 16 - As propostas encaminhadas pela Secretaria Executiva à CT-PG passarão pelas etapas e procedimentos do processo de análise técnica, que constitui a verificação quanto ao enquadramento no Plano de Ações, descritas no Apêndice VI, desta Deliberação e constantes do Plano de Bacia Hidrográfica vigente.

ART. 17 - A CT-PG desclassificará as propostas nas seguintes situações:

- I. Insuficiência de qualidade da proposta, de acordo com os Apêndices IV e V;
- II. Orçamento incoerente com a metodologia e/ou resultados a serem obtidos com a proposta;
- III. Cronograma incoerente com a metodologia da proposta;
- IV. Pontuação inferior a 60 pontos no Item 5 do Apêndice V (Relevância);
- V. Pontuação total inferior a 120 pontos;
- VI. De proponentes que não atendam às complementações técnicas solicitadas pela CT-PG;
- VII. De propostas em desacordo com o MPO;
- VIII. De propostas que não apresentarem contrapartida, conforme orientação do MPO;
- IX. Nos casos de propostas de serviços e obras de macrodrenagem, com ausência de plano de macrodrenagem e mapa com a indicação de obras financiadas pelo FEHIDRO (observar a atualização dos Planos de Macrodrenagem).

ART. 18 – Não concorrerão à etapa de pontuação, as propostas desclassificadas pelos Incisos I a IX do Artigo 17.

§ 1º. A CT-PG realizará a pontuação das propostas em conformidade com o Apêndice V, desta Deliberação.

§ 2º. A Secretaria Executiva pontuará as propostas nos itens 5.a e 5.b do Apêndice V, desta Deliberação.

§ 3º. A CT-PG realizará a pontuação pelo seu membro titular, ou na sua ausência pelo respectivo membro suplente.

§ 4º. Os proponentes deverão apresentar, por videoconferência, a(s) sua(s) proposta(s) mediante convocação prévia da Secretaria Executiva (com duração máxima de 15 min. e 15 min. de arguição), atendendo o Apêndice II – Cronograma, desta Deliberação.

§ 5º. As propostas serão classificadas em ordem decrescente de pontuação.

§ 6º. Para as propostas pontuadas será emitida uma ficha de pontuação pela CT-PG.

§ 7º. Para as propostas que necessitarem de readequação técnica será divulgado Relatório de Ajustes com solicitações da CT-PG, atendendo o Apêndice II – Cronograma, desta Deliberação.

§ 8º. Solicitada a readequação da proposta, o Tomador deverá apresentar apenas o solicitado no Relatório de Ajustes, atendendo o Apêndice II – Cronograma, desta Deliberação, sob pena de desclassificação.

ART. 19 - A Secretaria Executiva analisará os documentos administrativos das propostas classificadas.

Parágrafo Único. Os proponentes com propostas classificadas na etapa de pontuação e que não apresentarem a documentação administrativa em conformidade com o Apêndice II, desta Deliberação, terão sua(s) proposta(s) desclassificada(s).

ART. 20 - A indicação das propostas para financiamento está condicionada à existência de recursos financeiros 2021, descontados os custos descritos no MPO e no Decreto 50.667/2006.

ART. 21 - Na inexistência de recursos para atender plenamente uma proposta aprovada, ela passará a integrar a carteira suplementar.

§ 1º. Na carteira suplementar, as propostas estarão ordenadas pela classificação de pontuação.

§ 2º. Caso o valor destinado à carteira suplementar não consiga atender a proposta mais bem classificada, ou que a atenda parcialmente, o proponente poderá utilizar o saldo disponível, desde que apresente contrapartida para completar o orçamento original.

§ 3º. Na situação em que o proponente não possa atender o parágrafo 2º do Artigo 21, serão convocadas as propostas obedecendo a ordem de classificação.

§ 4º. As propostas convocadas na ordem de classificação deverão apresentar contrapartida de acordo com o explicitado no parágrafo 2º do Artigo 21.

§ 5º. Os casos omissos não contemplados nesta Deliberação serão submetidos à Plenária.

CAPÍTULO VI

DOS RECURSOS

ART. 22 - O proponente poderá apresentar recurso sobre o resultado da análise da proposta, respeitando os prazos estabelecidos no Apêndice II.

ART. 23 - Os recursos impetrados dentro do prazo deverão ser enviados para o e-mail cbhbs@uol.com.br contendo nome do projeto, nome do proponente e o CNPJ, através de ofício à Secretaria Executiva. *Handwritten mark*

Parágrafo Único. Não poderá ser agregado a ele qualquer nova informação já registrada no Termo de Referência inicial ou original.

ART. 24 - A Secretaria Executiva constituirá uma comissão com membros das áreas das propostas para julgar os recursos, respeitando os prazos estabelecidos no Apêndice II.

Parágrafo Único. Caso a proposta seja desclassificada na etapa anterior a da pontuação e logre êxito no recurso, ela retornará à CT-PG para a sua pontuação e classificação.

CAPÍTULO VII

DA APROVAÇÃO E DA DIVULGAÇÃO DOS RESULTADOS

ART. 25 - A partir da ficha de avaliação final emitida pela CT-PG, a Secretaria Executiva elaborará um relatório com as propostas classificadas e encaminhará à Plenária para deliberação.

ART. 26 - Os resultados da classificação e do julgamento dos recursos serão divulgados no endereço eletrônico: <http://www.sigrh.sp.gov.br/>

CAPÍTULO VIII

DO DESENVOLVIMENTO DOS EMPREENDIMENTOS

ART. 27 – Para as propostas que efetivamente forem aprovadas pelos Agentes Técnicos e firmados contratos junto ao Agente Financeiro, seus Responsáveis Técnicos deverão prestar esclarecimentos quanto ao desenvolvimento e resultados parciais ao CBH-BS, quando requerido.

ART. 28 – Os Tomadores deverão apresentar ao CBH-BS os produtos e/ou resultados finais em mídia digital dos empreendimentos não estruturais quando concluídos.



Engª Raquel Auxiliadora Chini
Presidente
Comitê da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista

APÊNDICE I – DOS CRITÉRIOS DE ELEGIBILIDADE DOS PROPONENTES

Ficam habilitados à obtenção de recursos do FEHIDRO para o desenvolvimento de projetos:

- I.** Pessoas jurídicas de direito público, da administração direta e indireta do Estado e dos Municípios do Estado de São Paulo.
- II.** Concessionárias e permissionárias de serviços públicos, com atuação nos campos do saneamento, meio ambiente ou aproveitamento múltiplo de recursos hídricos.
- III.** Consórcios intermunicipais regularmente constituídos.
- IV.** Entidades privadas sem finalidades lucrativas, usuárias ou não de recursos hídricos, e que preencham os seguintes requisitos:
 - a.** Constituição definitiva há pelo menos 4 (quatro) anos, nos termos da legislação pertinente.
 - b.** Deter, dentre suas finalidades principais, a proteção ao meio ambiente ou atuação na área de recursos hídricos.
 - c.** Atuação comprovada no âmbito do Estado de São Paulo ou da Bacia Hidrográfica da Baixada Santista.
- V.** Pessoas jurídicas de direito privado, usuárias de recursos hídricos.

Observações:

- a.** Podem habilitar-se à obtenção de financiamento com recursos exclusivamente reembolsáveis:
 - a1.** Empresas de direito privado com finalidade lucrativa usuárias de recursos hídricos.
 - a2.** Tomadores que apresentem empreendimentos de recuperação florestal em áreas autuadas por supressão de vegetação nativa, ou sobre as quais não existem obrigações administrativas ou judiciais e cultivo de mudas de caráter comercial.
- b.** Podem habilitar-se à obtenção de financiamento com recursos não reembolsáveis:
 - b1.** Entidades de direito público da administração direta e indireta do Estado ou dos Municípios.
 - b2.** Entidades privadas sem finalidades lucrativas.
- c.** As entidades enquadradas no item IV, de direito privado, sem finalidades lucrativas, usuárias ou não de recursos hídricos, somente serão consideradas habilitadas após a análise das seguintes documentações:
 - c1.** Cópia do Estatuto Social vigente, registrado em cartório, que comprove o tempo de existência e as atribuições da entidade.

- c2.** Relatório de suas atividades anteriores, conforme modelo e conteúdos estabelecidos pelo Anexo XI do Manual de Procedimentos Operacionais (MPO), devidamente endossado e assinado pelo responsável legal.
- c3.** Atestados técnicos, caso a atividade seja resultado de serviços prestados a outras entidades públicas ou privadas, devidamente endossados e assinados pelo responsável legal.
- c4.** Declarações de terceiros sobre as parcerias, material de divulgação, recortes de jornais ou outras formas que evidenciem a atuação, caso a atividade seja de prestação de serviços diretamente à comunidade, devidamente endossadas e assinadas pelo responsável legal.
- c5.** Estão dispensadas da apresentação dos documentos relacionados nos subitens c2, c3 e c4 as entidades que já tenham executado anteriormente um contrato FEHIDRO, mediante a apresentação do número do contrato anterior.
- d.** Consideram-se habilitados ao financiamento FEHIDRO aqueles que, após a análise/consulta, estiverem adimplentes técnica, financeira e juridicamente junto aos órgãos e entidades coligadas ao sistema FEHIDRO.
- e.** Os proponentes que até a data da entrega da solicitação na Secretaria Executiva estiverem pendentes por questão de inadimplência técnica ou financeira poderão usufruir de financiamento do FEHIDRO desde que apresentem a liberação por escrito, pelo FEHIDRO, até o décimo dia corrido que antecede a data da pontuação dos projetos pela Câmara Técnica de Planejamento e Gerenciamento (CT-PG). Caso não seja apresentada, não poderá ser concedido o financiamento.

7

APÊNDICE II – DO CRONOGRAMA

Para submissão, análise, pontuação, classificação e divulgação dos resultados das propostas de Estudos, Planos, Projetos, Serviços e Obras com financiamento do FEHIDRO fica definido o seguinte cronograma:

Etapas	Descrição	Cronograma	Responsável
01	Publicação da Deliberação.	01/09	Secretaria Executiva
02	Inscrições de projetos.	02 a 21/09	Proponentes
03	Triagem Documental das Propostas e pontuação nos itens 5a e 5b.	22 e 23/09	Secretaria Executiva
04	Solicitação de complementação documental aos proponentes.	24/09	Secretaria Executiva
05	Envio da complementação documental solicitada pela Secretaria Executiva via e-mail ao CBH-BS.	29/09	Proponentes
06	Análise de Enquadramento da proposta no Plano de Ações 2020-2023 e pontuação.	30/09	CT-PG
07	Divulgação dos Relatórios de Ajustes para os proponentes.	01/10	Secretaria Executiva
08	Envio das Propostas pelos proponentes, atendendo o Relatório de Ajustes, para Secretaria Executiva.	05/10	Proponente
09	Apresentação das propostas pelos proponentes (Videoconferência) para CT-PG.	07/10	Proponente
10	Avaliação final e pontuação das propostas, atendendo o Relatório de Ajustes pela CT-PG.	07/10	CT-PG
11	Finalização das planilhas de pontuação pelas Câmaras Técnicas Especializadas e CT-PG.	08/10	CT-PG
12	Divulgação da classificação.	08/10	Secretaria Executiva
13	Envio dos recursos referentes aos resultados divulgados	08 a 15/10	Proponente
14	Julgamento dos recursos e divulgação dos resultados.	18 e 19/10	Secretaria Executiva e comissão de recursos
15	Divulgação dos resultados dos recursos.	20/10	Secretaria Executiva
16	Reunião plenária para aprovação.	21/10	Plenária
17	Envio eletrônico das propostas aprovadas ao SINFEHIDRO.	25/10	Proponente

Observações:

1. A Secretaria Executiva do CBH-BS situa-se na unidade do DAEE (Departamento de Águas e Energia Elétrica), na Rua Urcezino Ferreira, 294, Bairro Baixio, Itanhaém/SP - CEP 11740-000.
2. As informações podem ser esclarecidas por correio eletrônico cbhbs@uol.com.br

7

APÊNDICE III-A – DA RELAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA MUNICÍPIOS E ENTIDADES MUNICIPAIS

I. Documentos Técnicos referentes às Obras e Serviços ou a dispensa do documento, no que couber:

- a) Cópia da Licença Prévia – LP, do órgão competente.
- b) Cópia da Licença de Instalação - LI, do órgão competente.
- c) Cópia da Licença de Operação – LO, do órgão competente.
- d) Cópia da Autorização para supressão de vegetação ou Intervenção em APP, do órgão competente.
- e) Cópia da Licença de Perfuração emitida pelo DAEE, para empreendimentos de construção de poços profundos.
- f) Cópia da publicação do Ato de Outorga do DAEE.
- g) Cópia do plano de macrodrenagem vigente e mapa com a indicação de obras financiadas pelo FEHIDRO, nos casos de propostas para serviços e/ou obras.
- h) Cópia da Autorização válida emitida pela CETESB para Intervenção em Área de Preservação Permanente – APP com ou sem vegetação nativa e/ou Supressão de Vegetação Nativa e/ou Corte de Árvores Isoladas.
- i) Cópia da Autorização válida emitida pelo Município para Corte de Árvores Isoladas e/ou Intervenção em APP sem vegetação nativa (somente para obras licenciadas pelo município).
- j) Caso a área tenha sido objeto de penalidade por dano ambiental, deverá ser apresentada a certidão de desinterdição/desembargo emitida pela autoridade competente.

II. Documentos administrativos

- a) Atestado da Câmara Municipal de Efetivo Exercício de Mandato do Prefeito;
- b) Cópia do cartão do CNPJ;
- c) Cópia do RG do(s) Responsável (is) Legal (is);
- d) Cópia do CPF do(s) Responsável (is) Legal (is);
- e) Cópia de documentação atestando a disponibilidade do terreno nos casos em que o empreendimento assim o exigir:

7

- Posse ou domínio mediante título ou matrícula de Cartório de Registro de Imóveis; ou
 - Posse provisória, decorrente de processo judicial de desapropriação, mediante termo de imissão provisória de posse; ou
 - Locação, arrendamento, comodato, permissão ou concessão de uso, entre outros, mediante instrumento legal que comprove a disponibilidade do terreno ou imóvel para utilização em período compatível com a natureza do empreendimento ou pelo menos com o retorno do investimento.
- f) Declaração de Adimplência Técnica perante entidades públicas estaduais e federais; de não recebimento de outros financiamentos com recursos públicos para os mesmos itens do objeto a ser financiado, inclusive contrapartida; e de quitação de envio de prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) em papel timbrado - Anexo IX do MPO;
- g) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) do INSS;
- h) Certificado de Regularidade Fiscal junto ao FGTS;
- i) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Tributos e Contribuições Federais administrados pela Secretaria da Receita Federal;
- j) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;
- k) Certificado de Regularidade do Município para celebrar Convênios – CRMC;
- l) Certidão do CADIN Estadual.

Obs.: As certidões citadas nos itens II.f, II.g, II.h e II.i deverão estar dentro do prazo de validade quando do protocolo no Comitê ou até 3 (três) dias antes da Plenária do Comitê que deliberará a indicação da proposta.

III. Documentos complementares para Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Fundações de Direito Público instituídas por lei, etc.

- a) Cópia da lei de criação;
- b) Cópia do Estatuto;
- c) Cópia do Ato de Nomeação ou da Ata de Eleição do(s) responsável (is) legal (is).

7

APÊNDICE III-B – DA RELAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA ÓRGÃOS E ENTIDADES ESTADUAIS

I. Documentos Técnicos referentes às Obras e Serviços ou a dispensa do documento, no que couber:

- a) Cópia da Licença Prévia - LP, do órgão competente.
- b) Cópia da Licença de Instalação - LI, do órgão competente.
- c) Cópia da Licença de Operação – LO, do órgão competente.
- d) Cópia da Autorização para supressão de vegetação ou Intervenção em APP, do órgão competente.
- e) Cópia da Licença de Perfuração emitida pelo DAEE, para empreendimento de construção de poços profundos.
- f) Cópia da publicação do Ato de Outorga do DAEE.
- g) Cópia da Autorização válida emitida pela CETESB para Intervenção em Área de Preservação Permanente – APP com ou sem vegetação nativa e/ou Supressão de Vegetação Nativa e/ou Corte de Árvores Isoladas.
- h) Cópia da Autorização válida emitida pelo Município para Corte de Árvores Isoladas e/ou Intervenção em APP sem vegetação nativa (somente para obras licenciadas pelo município).
- i) Caso a área tenha sido objeto de penalidade por dano ambiental, deverá ser apresentada a certidão de desinterdição/desembargo emitida pela autoridade competente.

II. Documentos administrativos

- a) Cópia do cartão do CNPJ;
- b) Cópia do RG do(s) Responsável (is) Legal (is);
- c) Cópia do CPF do(s) Responsável (is) Legal (is);
- d) Cópia de documentação atestando a disponibilidade do terreno nos casos em que o empreendimento assim o exigir:
 - Posse ou domínio mediante título ou matrícula de Cartório de Registro de Imóveis; ou
 - Posse provisória, decorrente de processo judicial de desapropriação, mediante termo de imissão provisória de posse; ou

- Locação, arrendamento, comodato, permissão ou concessão de uso, entre outros, mediante instrumento legal que comprove a disponibilidade do terreno ou imóvel para utilização em período compatível com a natureza do empreendimento ou pelo menos com o retorno do investimento.

e) Declaração de Adimplência Técnica perante entidades públicas estaduais e federais; de não recebimento de outros financiamentos com recursos públicos para os mesmos itens do objeto a ser financiado, inclusive contrapartida; e de quitação de envio de prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado (TCE) em papel timbrado - Anexo IX do MPO;

f) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) do INSS;

g) Certificado de Regularidade Fiscal junto ao FGTS;

h) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Tributos e Contribuições Federais administrados pela Secretaria da Receita Federal;

i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

j) Certidão do CADIN Estadual.

Obs.: As Certidões citadas nos itens II.f, II.g, II.h e II.i deverão estar dentro do prazo de validade quando do protocolo no Comitê ou até 3 (três) dias antes da Plenária do Comitê que deliberará a indicação da proposta.

III. Documentos complementares para Autarquias, Empresas Públicas, Sociedades de Economia Mista, Fundações de Direito Público instituídas por lei, etc.

a) Cópia da lei de criação;

b) Cópia do Estatuto;

c) Cópia do Ato de Nomeação ou da Ata de Eleição do(s) responsável (is) legal (is).

47

**APÊNDICE III-C – DA RELAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA
ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL SEM FINALIDADES LUCRATIVAS**

I. Documentos Técnicos referentes às Obras e Serviços ou a dispensa do documento, no que couber:

- a) Cópia da Licença Prévia - LP, do órgão competente.
- b) Cópia da Licença de Instalação - LI, do órgão competente.
- c) Cópia da Licença de Operação - LO, do órgão competente.
- d) Cópia da Autorização para supressão de vegetação ou Intervenção em APP, do órgão competente.
- e) Cópia da Licença de Perfuração emitida pelo DAEE, para empreendimento de construção de poços profundos.
- f) Cópia da publicação do Ato de Outorga do DAEE.
- g) Cópia da Autorização válida emitida pela CETESB para Intervenção em Área de Preservação Permanente – APP com ou sem vegetação nativa e/ou Supressão de Vegetação Nativa e/ou Corte de Árvores Isoladas.
- h) Cópia da Autorização válida emitida pelo Município para Corte de Árvores Isoladas e/ou Intervenção em APP sem vegetação nativa (somente para obras licenciadas pelo município).
- i) Caso a área tenha sido objeto de penalidade por dano ambiental, deverá ser apresentada a certidão de desinterdição/desembargo emitida pela autoridade competente.

II. Documentos administrativos

- a) Cópia do cartão do CNPJ;
- b) Cópia do RG do(s) Responsável (is) Legal (is);
- c) Cópia do CPF do(s) Responsável (is) Legal (is);
- d) Cópia de documentação atestando a disponibilidade do terreno nos casos em que o empreendimento assim o exigir:
 - Posse ou domínio mediante título ou matrícula de Cartório de Registro de Imóveis; ou
 - Posse provisória, decorrente de processo judicial de desapropriação, mediante termo de imissão provisória de posse; ou

- Locação, arrendamento, comodato, permissão ou concessão de uso, entre outros, mediante instrumento legal que comprove a disponibilidade do terreno ou imóvel para utilização em período compatível com a natureza do empreendimento ou pelo menos com o retorno do investimento.

e) Declaração de Adimplência Técnica perante entidades públicas estaduais e federais; de não recebimento de outros financiamentos com recursos públicos para os mesmos itens do objeto a ser financiado, inclusive contrapartida; e de quitação de envio de prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado em papel timbrado - Anexo X;

f) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) do INSS;

g) Certificado de Regularidade Fiscal junto ao FGTS;

h) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Tributos e Contribuições Federais administrados pela Secretaria da Receita Federal;

i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT;

j) Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades – CRCE;

k) Cópia autenticada do Estatuto registrado em Cartório;

l) Cópia autenticada da Ata de Eleição da Diretoria;

m) Cópia do Ato de Nomeação ou da Ata de Eleição do(s) responsável (is) legal (is);

n) Certidão do CADIN Estadual.

Obs.: As Certidões citadas nos itens II.f, II.g, II.h e II.i deverão estar dentro do prazo de validade quando do protocolo no Comitê ou até 3 (três) dias antes da Plenária do Comitê que deliberará a indicação da proposta.

h

**APÊNDICE III-D – DA RELAÇÃO DE DOCUMENTAÇÃO PARA USUÁRIOS DE
RECURSOS HÍDRICOS COM FINALIDADES LUCRATIVAS**

I. Documentos Técnicos referentes às Obras e Serviços ou a dispensa do documento, no que couber:

- a) Cópia da Licença Prévia - LP, do órgão competente.
- b) Cópia da Licença de Instalação - LI, do órgão competente.
- c) Cópia da Licença de Operação - LO, do órgão competente.
- d) Cópia da Autorização para supressão de vegetação ou Intervenção em APP, do órgão competente.
- e) Cópia da Licença de Perfuração emitida pelo DAEE, para empreendimento de construção de poços profundos.
- f) Cópia da publicação do Ato de Outorga do DAEE.
- g) Cópia da Autorização válida emitida pela CETESB para Intervenção em Área de Preservação Permanente – APP com ou sem vegetação nativa e/ou Supressão de Vegetação Nativa e/ou Corte de Árvores Isoladas.
- h) Cópia da Autorização válida emitida pelo Município para Corte de Árvores Isoladas e/ou Intervenção em APP sem vegetação nativa (somente para obras licenciadas pelo município).
- i) Caso a área tenha sido objeto de penalidade por dano ambiental, deverá ser apresentada a certidão de desinterdição/desembargo emitida pela autoridade competente.

II. Documentos administrativos

- a) Cópia do cartão do CNPJ;
- b) Cópia do RG do(s) Responsável(is) Legal(is);
- c) Cópia do CPF do(s) Responsável(is) Legal(is);
- d) Cópia de documentação atestando a disponibilidade do terreno nos casos em que o empreendimento assim o exigir:
 - Posse ou domínio mediante título ou matrícula de Cartório de Registro de Imóveis; ou
 - Posse provisória, decorrente de processo judicial de desapropriação, mediante termo de imissão provisória de posse; ou

- Locação, arrendamento, comodato, permissão ou concessão de uso, entre outros, mediante instrumento legal que comprove a disponibilidade do terreno ou imóvel para utilização em período compatível com a natureza do empreendimento ou pelo menos com o retorno do investimento.

e) Declaração de Adimplência Técnica perante entidades públicas estaduais e federais; de não recebimento de outros financiamentos com recursos públicos para os mesmos itens do objeto a ser financiado, inclusive contrapartida; e de quitação de envio de prestação de contas ao Tribunal de Contas do Estado em papel timbrado - Anexo X;

f) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) do INSS;

g) Certificado de Regularidade Fiscal junto ao FGTS;

h) Certidão Negativa (ou Positiva com Efeito de Negativa) de Tributos e Contribuições Federais administrados pela Secretaria da Receita Federal;

i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

j) Cópia autenticada do Estatuto registrado em Cartório ou do Contrato Social registrado na Junta Comercial;

k) Cópia autenticada da Ata de Eleição da Diretoria, se couber;

l) Cópia do Ato de Nomeação ou da Ata de Eleição do(s) responsável (is) legal (is), se couber;


m) Certidão do CADIN Estadual.

Obs.: As Certidões citadas nos itens II.f, II.g, II.h e II.i deverão estar dentro do prazo de validade quando do protocolo no Comitê ou até 3 (três) dias antes da Plenária do Comitê que deliberará a indicação da proposta.

h

APÊNCIDE IV – DA ESTRUTURA DAS PROPOSTAS

As propostas deverão ser elaboradas em conformidade com o MPO e seguir a estrutura proposta nesta Deliberação, descrita a seguir:

- 1. Apresentação institucional do proponente:** Descrição sucinta do histórico da instituição, entidade ou organização, assim como projetos desenvolvidos na área da proposta, de forma a justificar essa.
- 2. Introdução:** Descrever a contextualização da proposta dentro da ação que se enquadra no Plano de Bacia Hidrográfica e suas informações gerais. Recomenda-se desenvolver uma breve revisão bibliográfica com as principais e recentes publicações no tema da proposta, reforçando-se assim a sua importância.
- 3. Objetivos:** Deve-se dividir em geral e específicos. No geral é necessário demonstrar os propósitos da proposta de forma ampla, enquanto nos específicos devem conter o detalhamento do geral, para se alcançar os resultados.
- 4. Justificativa:** Apresentação das razões pelas quais a proposta deve ser desenvolvida e como poderá contribuir para a solução ou amenização dos problemas identificados. Deve-se justificar a proposta dentro do Plano Estadual de Recursos Hídricos e do Plano de Bacia Hidrográfica.
- 5. Público-alvo:** É o público que será beneficiado com os resultados da proposta, sendo necessário ser coerente com os propósitos estabelecidos pela proposta.
- 6. Metodologia (somente para projetos de pesquisa, estudos e planos):** Devem ser descritos os métodos a serem utilizados para se atingir os objetivos da proposta, podendo ser conceitos teóricos, técnicas ou procedimentos experimentais. É necessário descrever todos os recursos (humanos e/ou materiais) que serão utilizados no desenvolvimento do projeto ou estudo, justificando-se a necessidade deles.
- 7. Especificação técnica (somente para serviços, projetos de engenharia e obras):** Descrever os métodos e técnicas para alcançar os objetivos da proposta, detalhando o uso e a especificação de materiais, equipamentos, instalações e mão de obra, de forma geral.
- 8. Parcerias (quando aplicável):** Deverá ser apresentado pelo proponente, no momento da submissão da proposta, um termo firmado com pessoa física ou jurídica que colabore para o desenvolvimento do projeto, estudo, serviço ou obra, agregando valor ao mesmo, por meio de recursos humanos, econômicos e/ou financeiros. 

9. Equipe técnica: apresentar todos os membros da entidade proponente que serão responsáveis pelo desenvolvimento da proposta, descrevendo a formação acadêmica, a experiência na área e a função.

10. Metas e atividades (somente para projetos, estudos e planos): As metas envolvem as ações e as atividades necessárias para alcançar certo objetivo específico, devendo ser claras, exequíveis e mensuráveis em determinado período.

11. Plano de trabalho (somente para serviços e obras): Descrição das atividades a serem desenvolvidas para a execução de serviços ou obras.

12. Resultados esperados: As propostas deverão descrever claramente os resultados e produtos a serem obtidos com a conclusão do projeto, estudo, serviço ou obra.

13. Bibliografia: As propostas deverão relacionar as bibliografias utilizadas.

14. Cronograma físico-financeiro: Cada atividade descrita no Termo de Referência deverá ser descrita no cronograma, com seus valores e horizonte temporal. O modelo a ser utilizado é o Anexo VII do MPO.

15. Planilha de orçamento: As propostas deverão apresentar os custos detalhados de cada item necessário, agrupando-os por atividade. O modelo a ser utilizado é o Anexo VIII do MPO.

16. Ficha resumo: Deverá ser utilizado o Anexo I do MPO para propostas de estudos, planos e projetos ou Anexo II do MPO para propostas de serviços e obras. Todos os campos deverão ser preenchidos corretamente.

Observações:

a. Os itens 1 ao 13 devem estar em um único documento denominado **Termo de Referência**, que norteará a execução do Estudo, Plano, Projeto, Serviço ou Obra. Recomenda-se utilizar processador de texto MS Word versão 2003 em diante.

b. Para as propostas de serviços ou obras o Termo de Referência deverá se apresentar sob a forma de um projeto básico ou executivo, conforme estabelecido pela Lei nº 8.666/1993.

c. Os itens 14, 15 e 16 deverão ser elaborados em documentos distintos, sendo recomendada a utilização de planilha eletrônica MS Excel versão 2003 em diante.

Handwritten signature

APÊNDICE V – DOS CRITÉRIOS DE PONTUAÇÃO DAS PROPOSTAS

As propostas enquadradas no plano da bacia hidrográfica pertinentes ao plano de ações 2020, conforme esta Deliberação, serão pontuadas de zero (0) a duzentos (200) pontos, somando-se os itens de 1 a 5, segundo os critérios abaixo:

1. Estrutura da proposta (100 pontos)

1.a Apresentação institucional do proponente.

- Plenamente satisfatório: 4 pontos
- Satisfatório: 2 pontos
- Aceitável: 1 ponto
- Ausente ou insatisfatório: 0 ponto

1.b Introdução.

- Plenamente satisfatório: 4 pontos
- Satisfatório: 2 pontos
- Aceitável: 1 ponto
- Ausente ou insatisfatório: 0 ponto

1.c Objetivos.

- Plenamente satisfatório: 9 pontos
- Satisfatório: 5 pontos
- Aceitável: 2 pontos
- Ausente ou insatisfatório: 0 ponto

1.d Justificativa.

- Plenamente satisfatório: 9 pontos
- Satisfatório: 5 pontos
- Aceitável: 2 pontos
- Ausente ou insatisfatório: 0 ponto

1.e Metodologia (somente para projetos, estudos e planos).

- Plenamente satisfatório: 9 pontos
- Satisfatório: 5 pontos
- Aceitável: 2 pontos
- Ausente ou insatisfatório: 0 ponto

1.f Especificação técnica (somente para serviços e obras).

- Plenamente satisfatório: 9 pontos
- Satisfatório: 5 pontos
- Aceitável: 2 pontos
- Ausente ou insatisfatório: 0 ponto

1.g Equipe técnica.

- Plenamente satisfatório: 4 pontos
- Satisfatório: 2 pontos
- Aceitável: 1 ponto
- Ausente ou insatisfatório: 0 ponto

1.h Metas e atividades (somente para projetos, estudos e planos).

- Plenamente satisfatório: 9 pontos
- Satisfatório: 5 pontos
- Aceitável: 2 pontos
- Ausente ou insatisfatório: 0 ponto

1.i Plano de trabalho (somente para serviços e obras).

- Plenamente satisfatório: 9 pontos
- Satisfatório: 5 pontos
- Aceitável: 2 pontos
- Ausente ou insatisfatório: 0 ponto

**1.j Bibliografia – ABNT NBR 6023 – Informação e documentação – Referências -
Elaboração**

- Presente: 2 pontos
- Ausente: 0 ponto

Observações:

- Os itens 1.a a 1.j deverão estar em conformidade com os critérios definidos no Apêndice IV para que recebam o conceito plenamente satisfatório;
- Pontuação zero em três ou mais dos itens acima elencados resulta na desclassificação da proposta.

2. Orçamento coerente com a metodologia e os resultados esperados (18 pontos).

- Plenamente satisfatório: 18 pontos
- Satisfatório: 9 pontos
- Aceitável: 4 pontos
- Ausente ou itens não justificados na metodologia (estudos e projetos): desclassificação da proposta.

3. Cronograma físico-financeiro coerente com a execução da proposta (18 pontos).

- Plenamente satisfatório: 18 pontos
- Satisfatório: 9 pontos
- Aceitável: 4 pontos
- Ausente: ou itens não justificados na metodologia (estudos e projetos): desclassificação da proposta.

4. Apresentação de contrapartida (14 pontos)

4.a Financiamento não reembolsável (14 pontos)

- Acima de 4 (quatro) vezes do percentual mínimo estabelecido no MPO: 14 pontos
- Acima de 3 (três) vezes do percentual mínimo estabelecido no MPO: 8 pontos
- Acima de 2 (duas) vezes do percentual mínimo estabelecido no MPO: 6 pontos
- Acima do percentual mínimo e até 2 (duas) vezes estabelecido no MPO: 4 pontos
- Mínimo exigido pelo MPO: 0 ponto.

4.b Financiamento reembolsável (10 pontos).

- Proponentes que submeterem propostas na modalidade reembolsável: 10 pontos.

5. Relevância: (100 pontos)

5.a Grau de prioridade dentro do Plano de Bacia (30 pontos)

- PDC Prioritário: 30 pontos
- PDC 1 e 2: 15 pontos
- PDC Não Prioritário: 10 pontos

Observação: será considerada a aderência da proposta ao Plano de Investimento da Bacia, conforme Apêndice VI.

5.b Investimento (10 pontos)

- Até R\$ 250mil: 10 pontos
- Até R\$ 500 mil: 8 pontos
- Até R\$ 1milhão: 6 pontos
- Até R\$ 1,5milhões: 4 pontos
- Acima de R\$1,5milhões: 2 pontos

Observação: será considerado apenas o valor pleiteado, sem contar a contrapartida.

5.c Abrangência geográfica da proposta (10 pontos)

- 9 Municípios: 10 pontos
- 6 a 8 Municípios: 8 pontos
- 2 a 5 Municípios: 6 pontos
- 1 Município: 4 pontos
- 1 Bairro/comunidade: 2 pontos

Definição: área geográfica diretamente beneficiada pela proposta.

Observação: em casos que se considerar a eventual multiplicação prevista pela proposta para outras regiões/municípios, será avaliada se a ação será realmente factível/exequível.

5.d Qualidade da proposta, considerando os interesses do CBH-BS (30 pontos)

- Muito boa: 30 pontos
- Boa: 20 pontos
- Média: 15 pontos
- Pequena: 10 pontos
- Muito pouca: 5 pontos

Definição: qualidade da proposta, levando em conta os legítimos interesses do Comitê de Bacia para a região com relação a proposta apresentada.

Observação: será avaliado criteriosamente a aderência da proposta à ação do sub-PDC. Também será julgada as questões fundamentais que constituem o principal objeto da proposta apresentada e avaliada a qualidade dela como um todo.

7

5.e Benefício para a população atendida (20 pontos).

- Muito grande: 20 pontos
- Grande: 16 pontos
- Médio: 12 pontos
- Pouco: 8 pontos
- Quase nenhum: 4 pontos

Definição: benefício direto e imediato previsto pela implementação efetiva da proposta apresentada, considerando tal benefício apenas sobre o seu público-alvo.

Observação: serão avaliados o benefício direto e o impacto da proposta apresentada sobre a população por ela diretamente beneficiada, considerando sua efetiva implementação.

CRITÉRIOS DE DESEMPATE

- 1º Proposta de continuidade de estudo, plano, projeto, serviço ou obra já financiada pelo FEHIDRO.
- 2º Número de estudos, planos, projetos, serviços ou obras concluídas com o financiamento do FEHIDRO.
- 3º Maior nota no item 5 do Apêndice V, Relevância.

✍

APÊNDICE VI – AÇÕES PASSÍVEIS DE FINANCIAMENTO EM 2021

PDC 1 – Bases Técnicas em Recursos Hídricos	Sub-PDC	Descrição da Ação
	Apoio ao Planejamento	Ação 1.2.2 - Apresentar indicadores de sazonalidades definidos e aplicados pelos CBH-BS como modelo para os Comitês da Vertente Litorânea. Observações: visando disponibilidade hídrica e esgotamento sanitário. R\$ 675.000,00 (01 projeto).

47